

# Apresentação

O volume 30 número 1 da Revista do Tribunal do Trabalho da 10ª Região reúne um conjunto de estudos que dialogam com os desafios contemporâneos do Direito do Trabalho, diretamente ligados às transformações sociais, econômicas e tecnológicas.

Na linha de proteção aos direitos fundamentais, temos o artigo **“A Síndrome de burnout como doença ocupacional e a responsabilidade do empregador na promoção de um ambiente de trabalho psicologicamente saudável”**, das estudantes Ana Beatriz Ribeiro da Silva e Luiza do Nascimento Jatui, que examina a crescente incidência da síndrome de burnout e os deveres patronais no fomento de condições laborais equilibradas e humanizadas. Na mesma linha, o servidor do Ministério Público da União, Brenno Augusto Freire Menezes, em **“A garantia do direito humano ao trabalho digno aos povos indígenas: uma análise da legislação juslaboral brasileira à luz da convenção nº 169 da OIT”**, contribui para o debate sobre inclusão e reconhecimento de especificidades culturais no mundo do trabalho.

Sob o enfoque estrutural do Direito do Trabalho, o juiz Caio Cesar Soares Godinho, em **“Direito Econômico do Trabalho: a ordem juslaboral sob o prisma desenvolvimentista adotado pela Constituição Federal de 1988”**, oferece uma leitura que articula desenvolvimento econômico e proteção social.

Por sua vez, o fenômeno da digitalização das relações laborais é examinado no artigo **“O teletrabalho e seus impactos no Direito Trabalhista”**, das estudantes Giulia Oliveira e Yasmin Tereza Alves Arantes, que investigam os desafios impostos pela reorganização do trabalho à distância. Ainda no campo da tecnologia, a juíza Shirley da Costa Pinheiro, no artigo **“Poder algorítmico e subjetividade trabalhadora: a função social da empresa como limite à gestão digital do trabalho”** analisa a tensão entre a inovação tecnológica, representada pelo poder algorítmico, e a proteção das subjetividades trabalhadoras.

O estudante Juan Molico, em **“A autonomia da vontade na relação de emprego: limites e possibilidades”**, reflete sobre a tensão entre liberdade contratual e proteção do trabalhador hipossuficiente. Em exame das práticas da Justiça Trabalhista, o servidor Saulo da Silva Brilhante, em **“A proteção de dados sensíveis na esfera administrativa da Justiça do Trabalho: análise crítica do art. 9º da Resolução CSJT n.º 421/2025 à luz do privacy by design”**, evidencia os desafios da proteção de dados pessoais no âmbito institucional.

O advogado Paulo Barreto, em **“Efetividade da execução trabalhista e ocultação patrimonial: limites da autonomia privada e dever de cooperação processual”**, analisa os mecanismos processuais de enfrentamento a práticas que comprometem a satisfação do crédito trabalhista.

No campo da crítica normativa, o pesquisador Rodolfo Garcia Teixeira apresenta, em **“Constitucionalização simbólica e cuidado: uma análise crítica da Lei nº 15.371/2026”**, uma reflexão instigante acerca da nova legislação, problematizando sua efetividade e os riscos de uma lei dissociada da realidade social.

Por fim, Vinicius de Melo Teixeira, em **“Entre proteção e flexibilidade: jurisdição laboral, litigiosidade e coordenação institucional em perspectiva comparada”**, apresenta uma abordagem comparada dos sistemas trabalhistas da Alemanha, da França e de Singapura.

Disponibilizamos, ainda, a Seção “Arte e Trabalho”, em que há três releituras de obras clássicas e modernas, geradas por inteligência artificial, que se inter-relacionam com o trabalho precarizado. Por fim, apresentamos sete acórdãos desta Corte selecionados a partir de indicação da Coordenadoria de Jurisprudência e Gestão de Precedentes.

A revista obteve uma expressiva melhoria na avaliação Qualis Periódicos, que classifica revistas científicas, indicando o nível de qualidade e impacto. Evoluímos do extrato B4 (quadriênio 2017-2020) para A3 (quadriênio 2021-2024) na área do Direito.

Motivados pelos bons resultados, mas cientes de que melhorias são sempre bem-vindas, seguimos firmes no propósito de manter a revista como espaço de diálogo qualificado e interdisciplinar.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura.

**Desembargador Alexandre Nery de Oliveira**  
**Diretor da Escola do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**